

VOZES DO SILÊNCIO: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM DE 1990 A 2020

Diandra de Souza Rocha ¹
Maria Audirene de Souza Cordeiro ²

RESUMO

Este trabalho socializa os resultados de um estudo realizado de 2020 a 2021 sobre a história da educação escolar indígena no município de Parintins/AM, considerando as origens dessa atividade no município. A pesquisa utilizou contribuições teórico-metodológicas da Antropologia dos arquivos e da História oral. Para tanto, foram realizadas entrevistas com interlocutores(as) que participaram direta ou indiretamente da implementação da educação indígena no município e operacionalizadas busca por documentos na Secretaria Municipal de Educação de Parintins, em bibliotecas universitárias e em arquivos pessoais. Os fundamentos teóricos advieram dos estudos de Meliá (1979), Ferreira (1992), Pitanga e Lira (1996), Portelli (1997), Costa (2001), Albuquerque (2004), Rodrigues (2006), Silva (2007), Estácio (2009), Silva e Paiva (2011) Baniwa (2013), Medeiros (2018). Os resultados indicam que a história da educação indígena no município de Parintins tem início em 1999 com a reivindicação de implantação da educação indígena nas aldeias por um grupo de indígenas Sateré Mawé. O primeiro passo foi a capacitação dos professores, depois a criação de uma coordenação de educação indígena na SEMED e, nos anos subsequentes, uma série de medidas que desde então ainda não lograram êxito no sentido de construção de um referencial curricular indígena e de um projeto político pedagógico indígena que possibilitem a regularização das escolas indígenas do município, e a falta de registro oficial escrito sobre os fatos que marcaram a história de implantação da educação indígena no município, além da ausência de pesquisa sobre o tema nos repositórios das duas universidades públicas do município.

Palavras-chave: História, Educação Escolar Indígena, Parintins/Am.

INTRODUÇÃO

A história geral da educação indígena no Brasil indica várias lacunas em relação às formas de implementação dos direitos da educação indígena e podendo constatar-se que muitas etnias ainda estão recebendo uma educação para índios e não uma educação indígena, conforme adverte Meliá (1979). Daí, porque não ser possível pensar uma educação indígena na contemporaneidade sem levar em consideração as diferentes fases dessa educação, relacionadas às políticas indigenistas de cada período na região. Conforme Medeiros (2018, p. 04), “a escrita da história da escolarização é fundamental para avaliar que elementos dessa escola anterior se mantêm vivos hoje e ainda são praticados nas terras indígenas Brasil afora”.

Sabemos da importância dessa historiografia, no entanto, de que modo podemos identificar se esses elementos da escola indígena primeva se mantêm vivos nas escolas

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas - AM. Pesquisadora do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). diandrarocha@gmail.com;

² Professora Orientadora: Doutora em Antropologia Social/PPGAS/UFAM, Mestra em Letras: Linguística e Teoria Literária/UFPA. Grupos de Pesquisa: Maraca/CANOVA/VIA audirenecordeiro@email.com.

indígenas de hoje quando as informações referentes a esse processo se perderam com o passar dos anos?

O município de Parintins/AM é um exemplo dessa situação devido à inexistência de registros oficiais escritos referentes ao processo de implantação da educação indígena no município. Isso acabou por contribuir para o silenciamento dos atores indígenas e não indígenas que participaram desse processo. Um outro agravante é que as poucas informações orais referentes à essa história têm o não indígena como principal narrador.

Apesar de em Parintins haver uma grande concentração de indígenas há pouca produção acadêmica sobre a educação indígena no município. Os estudos localizados enfocam apenas dois aspectos: a reflexão sobre criança indígena em escola não indígena (PAIVA, 2016) e projeto político pedagógico junto à etnia Sateré Mawé (RODRIGUES et al, 2006).

Os resultados dessa pesquisa, realizada pelo Programa Institucional de Bolsas a Iniciação Científica (PIBIC) de 2020 a 2021, possibilitou o registro de narrativas orais sobre como ocorreu o processo de implantação da Educação Escolar Indígena no município de Parintins (AM) de 1990 a 2020. O estudo fundamentou-se teoricamente em Ferreira (1992), Pitanga e Lira (1996), Portelli (1997), Costa (2001), Albuquerque (2004), Rodrigues (2006), Silva (2007), Estácio (2009), Silva e Paiva (2011) Baniwa (2013), Medeiros (2018) e Cordeiro (2019), cujas leituras possibilitaram refletir criticamente sobre a historicidade da educação indígena, o processo de implementação dessa educação no país e no estado do Amazonas, bem como dar audiência às vozes dos(as) protagonistas locais que contribuíram para efetivação da educação indígena no município de Parintins/AM.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolveu-se por meio da abordagem qualitativa, e se valeu do arcabouço teórico metodológico da Antropologia dos arquivos e da História oral. O trabalho de campo se caracterizou pela coleta de dados em arquivos, e de entrevistas com interlocutores(as) que atuaram diretamente ou indiretamente na implementação da educação indígena no município de Parintins (AM).

Devido à constatação da ausência de documentos oficiais e de pesquisas sobre o tema, a fonte oral foi primordial para o estudo, pois através dela foi possível acessar os personagens, e coletar fatos e atos que ajudaram a construir a história da educação indígena no município de Parintins de 1990 a 2020. As entrevistas revelaram eventos e lançaram nova luz sobre áreas inexploradas da história da educação indígena em Parintins/AM. Ressaltamos que todos os protocolos de distanciamento, proteção e higiene do Ministério da Saúde foram seguidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A história da educação escolar indígena no Brasil, em face da sua institucionalidade, pode ser entendida levando-se em consideração dois marcos históricos: o período colonial e o pós Constituição de 1988, o primeiro da escola para índio e o segundo da escola indígena, conforme os estudos de Baniwa (2013) e Medeiros (2018); ou, então, classificada em quatro fases cronologicamente estanques: “a do período colonial, a iniciada com a criação da SPI; a da atuação das ONGs indígenas durante a ditadura civil-militar; e a atual, iniciada nos anos 80 e que pendura até hoje (FERREIRA, 1992).

O período colonial, que vai desde o desembarque dos jesuítas, em 1549, até expulsão deles, em 1759, pelo então ministro do Império português, Marquês de Pombal, é marcado pela civilização e disciplinamento dos nativos e conversão deles ao cristianismo. Em seguida, durante o século XVIII e XIX, diversas reformas foram implementadas, dentre as quais, destacam-se o Diretório dos Índios e o Regulamentação das Missões de 1845, com o intuito de “assimilá-los e misturá-los à massa populacional exterminando as diferenças culturais e identitárias” (MEDEIROS, 2018, p. 08), visando aumentar a mão de obra disponibilizada para o estado.

No século XX, o descaso para com a educação dos indígenas continuava. Em 1910, criou-se o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), mais tarde, Secretaria de Proteção aos Índios (SPI). “Prevalencia à tendência de formação do trabalhador nacional, com repercussão na proteção aos índios com o objetivo de transformá-los em pequenos produtores rurais, a fim de atender à política de regeneração agrícola do país” (ESTÁCIO, 2009, p. 04). Em 1967, durante a Ditadura Militar o SPI foi extinto e a FUNAI foi criada. O órgão fixou parceria com a Summer Institute of Linguistics (SIL) que desenvolveu projetos educacionais bilíngues junto a várias etnias, em especial, na região amazônica.

Em 1970, emerge, no novo cenário nacional, um movimento de luta pelos direitos indígenas e as primeiras ONGs indígenas. Nesse período, a Igreja Católica “iniciou um processo de revisão de suas políticas indigenistas e passou a defender os grupos indígenas na sua luta pela terra e autodeterminação” (ESTÁCIO, 2009, p. 07). Essa nova postura foi marcada pela criação, em 1972, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e que está organizado em regionais distribuídos pelo país, sendo que o CIMI NORTE I, regional da Amazônia está sediado em Manaus, desde 1974.

Nesse momento da história emerge um maior protagonismo indígena na esfera social em relação às reivindicações de direitos. E, em 1987, houve uma grande presença na Assembleia Constituinte, resultando em dedicação de um capítulo na Constituição Federal de

1988 às questões dos povos indígenas do país. Todavia, isso não foi suficiente para que esses povos conquistassem efetivamente o direito a uma educação comunitária, bilíngue, intercultural, específica e diferenciada, como preconiza a Carta Magna. Um dos avanços mais significativos foi a criação de setores específicos para a gestão dessa modalidade de escola, a construção de Diretrizes Educacionais, voltadas para a educação indígena, e a elaboração do RCNEI efetivamente construído por representantes da maioria das etnias do Brasil.

No estado do Amazonas, estado que detém um ¼ de todas as etnias ainda existentes no Brasil, a história da educação indígena ainda precisa ser contada. Segundo Paiva (2019), é pouco expressivo o número de estudos relacionados aos povos indígenas, ainda assim enfocam diferentes temáticas referentes à educação indígena como formação de professores (PITANGA e LIRA, 1996; ESTÁCIO, 2009), movimento e organização de professores indígenas (SILVA, 2007), políticas públicas voltadas para educação indígena (ALBUQUERQUE, 2004) e direito à educação indígena (COSTA, 2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de demonstrar os resultados e discussões da pesquisa, estruturamos esse texto em dois tópicos: 1) Falhas ou lacunas de informações sobre a história da Educação Indígena em Parintins (AM) e 2) Narrativas sobre o processo de implantação da Educação Indígena em Parintins/AM.

1. Falhas/lacunas de informação sobre história da educação indígena em Parintins (AM)

A Coordenação de Educação Indígena do município de Parintins/AM foi criada em 1999 e desde então funciona em uma sala pequena dentro da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Durante a primeira visita à sala da coordenação, deparamo-nos com o que, mais tarde se revelou a maior dificuldade para realizar a pesquisa, a ausência de documentos oficiais para a consulta. O que foi justificado pelo coordenador em educação indígena que nos recebeu “a coordenação é um espaço novo, conquistado recentemente, não temos nada aqui, nem arquivos e nem documentos. Na verdade, estamos organizando aos poucos, começando pelo levantamento de dados dos alunos”. (trecho da entrevista com Elias Menezes, no dia 03 de maio de 2021).

O acesso a documentos oficiais relativos às ações das organizações indígenas e/ou do poder público municipal de Parintins/AM referentes ao processo histórico para implantação da modalidade educação escolar indígena também não foi possível na secretaria municipal de

educação. Segundo o técnico em educação indígena em Parintins que trabalha em parceria com o coordenador, professor Edinelson Andrade, nada consta sobre o assunto na Secretaria Municipal de Educação e/ou em outros espaços.

Sem acesso a documentos oficiais, buscamos outras fontes de informação escritas. Em consulta aos acervos das bibliotecas das duas universidades públicas do estado do Amazonas: Universidade Federal do Amazonas/UFAM e Universidade Estadual do Amazonas/UEA por artigos/TCC's/Monografias/ Dissertações/Teses que tratassem sobre a Educação Escolar Indígena na cidade de Parintins, não encontramos nenhuma produção científica sobre o tema.

Registramos no acervo da UFAM apenas 02 (duas) pesquisas sobre a inserção dos alunos indígenas nas escolas urbanas e no acervo da UEA apenas 03 (três) pesquisas sobre a escolarização dos alunos indígenas nas escolas urbanas e a formação continuada dos professores indígenas. Portanto, a busca por fontes de informação escritas oficiais e científicas sobre a implantação da educação escolar indígena no município de Parintins se mostrou infrutífera.

Os dados registrados a seguir são resultantes de uma série de entrevistas realizadas de maio de 2020 a agosto de 2021, portanto, advindas de fontes orais que são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro muito mais abundante (PORTELLI, 1997, p. 37).

2. Narrativas sobre o processo de implantação da Educação Indígena em Parintins/AM

A narrativas a seguir socializadas são o reflexo dos dois atos mais importantes para a história dos povos indígenas do Brasil, depois da promulgação da Constituição Federal de 1988: o Decreto nº 026, de 04 de fevereiro de 1991 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O decreto retirou da Funai as funções relativas à educação formal, repassando-as ao MEC, que se tornou responsável pela integração da educação escolar indígena aos sistemas de ensino e pela coordenação das políticas referentes àquelas escolas em todos os graus e modalidades de ensino. As Secretarias de Educação estaduais e municipais ficaram encarregadas da execução dessas políticas. E a LDB, a partir de 1996, exigia que, para atuar nas áreas indígenas, nas escolas indígenas, os professores deveriam ser bilíngues.

2.1 A primeira fase da história de 1990 a 2000: luta pelo direito ao saber

Até 1990 a educação indígena no município de Parintins ainda não existia de fato e de direito. Os indígenas Sateré Mawé ainda não haviam sido identificados e a Terra Indígena

Andirá-Marau ainda não havia sido demarcada. A escola que atendia aos indígenas na região do Uaicurapá era uma escola rural que oferecia uma educação para indígenas e não uma educação indígena (MELIÁ, 1979). Por isso, a obrigatoriedade determinada pela nova LDB causou forte impacto na, então, Subsecretaria Municipal de Educação de Parintins que à época não dispunha de nenhuma ação efetiva nesse sentido. A educação indígena no estado era de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação. Assim sendo, os primeiros passos para implantação da educação indígena no município de Parintins foram marcados por uma fase de transição.

Eu participei dessa implantação que, na verdade, foi uma transição. A educação escolar indígena era desenvolvida no município, mas em formato de educação rural. A partir do momento que a Funai identificou as áreas demarcadas e foi repassada para o MEC que aqui em Parintins tinha essa região do Uaicurapá, como área demarcada, iniciou as tratativas aí junto com uma coordenação indígena dentro do estado do Amazonas, para desenvolver a capacitação que dessa forma fosse assegurada a educação intercultural, bilíngue e diferenciada para o povo Sateré-Mawé, identificados na região do Uaicurapá. (trecho de entrevista com a professora Zeila Márcia, primeira técnica do município selecionada pelo MEC para coordenar as ações para implementação da Educação Escolar Indígena no município de Parintins, em 28/08/2021, via WhatsApp).

Ainda que se tratasse de uma determinação legal, a iniciativa para efetivar realmente a educação indígena do município partiu dos indígenas.

Em 1998, assumimos a secretaria de educação, então na estrutura da secretaria não havia nenhum departamento, setor, coordenação ligada as questões indígenas. E eu também pouco sabia da presença de índios em Parintins, até que nós fomos procurados por um grupo de lideranças indígenas em 1999 para reivindicar que fosse implantado no município escolas com essas especificidades e claro, pra gente isso era muito novo (trecho de entrevista concedida, em 29/08/2021, via WhatsApp, pelo professor doutor Paulo Arcanjo que estava subsecretário municipal de educação durante o início da implantação da educação indígena em Parintins).

Esse fato não deixa dúvidas que esse processo de reconhecimento e ascensão de direitos dos povos indígenas não foi um benefício concedido pelo governo, mas uma conquista assegurada em instrumentos jurídicos, pois, como esclarece Baniwa (2013, p. 03) “é partir destas leis que os povos indígenas ganham força e legalidade para cobrar dos governos sua aplicação”. Essa busca por melhores condições é ratificada na fala de Paulo Arcanjo.

Segundo o professor Paulo Arcanjo, um primeiro passo para atender à reivindicação dos indígenas foi uma visita à região para conhecer as aldeias e assim poder planejar melhor como atender à demanda. Durante a expedição, constatou que havia quatro comunidades principais localizadas às margens do rio Uaicurapá: Aldeia Nova Alegria, Aldeia da Paz, São Francisco de Assis e Vila Batista. Algumas dela já contavam com escolas, porém, eram escolas rurais,

com currículo da escola não indígena. Então nós organizamos aí o que foi necessário pra dar início as atividades de acordo com o que se aproximasse o máximo possível com o que reza a legislação, porque a legislação fala da escola indígena, pra ela ser uma escola indígena, ter uma educação escolar indígena tem que ter os princípios do bilinguismo, da interculturalidade, são princípios basilares e o professor na questão do bilinguismo você vai por consequência ter que ter um professor que domine a língua Sateré-Mawé. (trecho de entrevista concedida, em 29/08/2021, via WhatsApp, pelo professor doutor Paulo Arcanjo que estava subsecretário municipal de educação durante o início da implantação da educação indígena em Parintins).

De acordo com as palavras do professor Paulo, as dificuldades iniciais sobre o processo de implementação da escola indígena no município de Parintins/AM foram de toda ordem, e

naquele primeiro momento foi oferecido a eles aquele currículo que estava nas outras escolas, mas que eles poderiam fazer adaptações, ser flexível o bastante pra entender que a educação escolar indígena necessita ser diferenciada da não-indígena, mas naquele momento o que tínhamos para oferecer era esse currículo comum as escolas não-indígenas. (trecho de entrevista concedida, em 29/08/2021, via WhatsApp, pelo professor doutor Paulo Arcanjo que estava subsecretário municipal de educação durante o início da implantação da educação indígena em Parintins).

O desafio maior que era assegurar a capacitação de professores para atuar nas escolas indígenas, tal como determinava a legislação, foi vencido por meio de uma parceria muito frutífera e oportuna com a prefeitura de Barreirinha.

Então, se trabalhou em parceria com a prefeitura de Barreirinha e aí os professores iam para os encontros, para os debates e, nesse processo, é que nós tivemos também um primeiro momento de formação mesmo, de titulação para eles, foi através do projeto Pirayawara. (trecho da entrevista com o professor Elizeu Souza, no dia 25 de agosto de 2021. Ele foi coordenador pedagógico da SEMED/PIN, de 2001 a 2006).

Segunda a professora Zeyla Márcia,

dentro do projeto Pirayawara cada etnia, ou seja, todas as etnias praticamente começaram a desenvolver ali o seu próprio material didático, os seus livros didáticos, material de apoio, os paradidáticos. O material de apoio pedagógico era produzido dentro dos cursos de formação e aí tinha apoio de historiadores, de antropólogos, de sociólogos. (trecho de entrevista com a professora Zeyla Márcia, primeira técnica do município selecionada pelo MEC para coordenar as ações para implementação da Educação Escolar Indígena no município de Parintins, em 28/08/2021, via WhatsApp).

Esses foram os primeiros passos para implantação da educação indígena no município de Parintins. Segundo professor Paulo Arcanjo, uma das principais dificuldades, depois de garantir a formação de professores, era negociar a inclusão deles para ministrar aula nas escolas das aldeias. Precisávamos da anuência da comunidade e, às vezes, a comunidade não queria aquele professor, pois já tinham uma experiência negativa com ele. Ele poderia ser bilingue, poderia ter um curso superior, mas, enfim, não teve uma boa relação com a liderança indígena, com alunos”.

Na avaliação do professor Arcanjo, um dos pontos importantes dessa primeira fase da implantação foi a criação, em 1999, da Coordenação de Educação Indígena na Secretaria Municipal de Educação do município. O início das atividades efetivas da coordenação se deu a partir de 2000.

2.2 A Segunda fase da história de 2000 a 2005: consolidação do direito ao saber

A partir de 2001, uma nova página da história da educação indígena em Parintins começa a ser escrita. O professor Renner Dutra assume a Secretaria Municipal de Educação do município. Ele acumulava importante experiência na área pois atuou na elaboração do Referencial Curricular Nacional de Educação Indígena/RCNEI.

À frente da pasta, o professor Renner Dutra buscou parcerias e viabilizou importantes projetos de valorização da cultura indígena. Um exemplo desse comprometimento foi relatado pelo professor Elizeu Souza. Segundo ele, depois de tomar conhecimento de que uma pesquisa científica, coordenada pelo professor Pery Teixeira, indicava que a língua Sateré-Mawé estava em decadência: porque as crianças já não sabiam Sateré, os adultos não usavam a língua para se comunicar, os pais não a estavam ensinando para os filhos e os mais velhos estavam morrendo,

ele teve a ideia de trabalhar o resgate da língua Sateré-Mawé por meio da Escola de Idiomas e Informática Aldair Kimura Seixas. Além dos cursos de inglês e espanhol, posteriormente japonês, ele determinou a oferta do curso de Sateré-Mawé. (trecho da entrevista com o professor Elizeu Souza, no dia 25 de agosto de 2021. Ele atuou como assessor da secretaria municipal de educação de 2001 a 2012).

Durante a gestão do professor Renner Dutra, houve também uma série de medidas para garantir maior nível de organização e autonomia dos professores indígenas. Uma das medidas que se destaca é parceria construída entre a secretaria e a professora doutora Dulce do Carmo Franceschini. A pesquisadora já havia desenvolvido vários trabalhos para fortalecer a educação indígena no município de Maués e trouxe para Parintins um grande projeto financiado pela UNICEF.

Era para dar um acompanhamento aos professores, a comunidade indígena, as crianças Sateré-Mawé no sentido de que elas pudessem produzir artesanatos, uma série de situações que por um determinado momento esteve sob a coordenação da WOMUPE, que era a responsável por fazer esse acompanhamento com os professores, os debates, produzir o material. (trecho da entrevista com o professor Elizeu Souza, no dia 25 de agosto de 2021).

O projeto do UNICEF assegurou certa projeção e o fortalecimento da Organização dos professores Sateré-Mawé do Marau, Manjurú e Urupadi/WOMUPE. Essa organização encampou várias lutas e uma de suas mais importantes conquistas foi assegurar um assento para

educação indígena no Conselho Municipal de Educação. Graças a esse lugar de fala, a população indígena Sateré-Mawé deu passos decisivos como conseguir o compromisso político do prefeito municipal de que a coordenação da educação indígena no município só deveria ser assumida por um indígena, como informou a professora Zeyla Márcia.

Prefeito Bi Garcia, que na época [2005] ganhou a eleição, tinha um acordo com a população indígena, com as lideranças indígenas, que quando ele entrasse, iria deixar na coordenação um indígena mesmo. Eu estava na antiga gestão, do então prefeito, na época o Enéas Gonçalves, e, aí eu saí da coordenação. Foi quando entrou justamente alguns dos professores indígenas, por exemplo, o Lico que é o professor indígena. Então, eles entraram aí já pra assumir essa coordenação. Mas todos eles passaram pela formação que ajudamos a implementar... aí, pra mim, foi algo extremamente gratificante. (trecho de entrevista com a professora Zeila Márcia, primeira técnica do município selecionada pelo MEC para coordenar as ações para implementação da Educação Escolar Indígena no município de Parintins, em 28/08/2021, via WhatsApp).

É, justamente, a partir do momento em que a Coordenação da Educação Indígena do município passa por uma reestruturação que outra página da história da educação indígena em Parintins começa a ser escrita.

Tivemos aí em 2006 bastante interessante e eu quero te destacar duas: a construção de escolas que ocorrem a partir de 2005 na Nova Alegria e, também, os projetos de formação de professor, porque uma das prioridades era a formação do profissional e aí alguns indígenas já tinham passado pela experiência do Pirayawara em Maués com a professora Ester(...) e então se não me falha a memória cerca de 34 alunos iniciaram aí o Pirayawara (trecho de entrevista concedida, em 29/08/2021, via WhatsApp, pelo professor doutor Paulo Arcanjo que estava subsecretário municipal de educação durante o início da implantação da educação indígena em Parintins).

2.3 A terceira a fase da história de 2005 a 2012: o direito ao espaço de poder

Cumprindo uma promessa de campanha, o prefeito Bi Garcia nomeia dois indígenas para dirigir os trabalhos da educação indígena no município, o professor Leonardo Miquiles torna-se o primeiro coordenador indígena e o professor Lico o primeiro assessor indígena da coordenação de educação indígena de Parintins/AM. Eles ficam no cargo por dois anos e implementam uma série de ações, como o início dos trabalhos para construção do Projeto Político Pedagógico Indígena/PPPI, documento indispensável para regularização das escolas indígenas.

Fiz parceria com a professora Pacheco da Uea, a professora Inês Teixeira da Ufam e o professor Paulo Arcanjo para desenvolver o PPPI (projeto político pedagógico indígena) das escolas, buscamos também professor intérprete para acompanhar os alunos; mas o processo é muito lento e sempre precisamos de orientações dos professores que entendem mais, pois sozinhos é muito difícil. (trecho de entrevista concedida dia 13/05/2021, pelo professor Leonardo Michiles. Ele foi o primeiro indígena a coordenar a educação indígena no município de Parintins/AM).

Fazendo uma espécie de balanço final de suas contribuições para o fortalecimento da educação indígena, o professor Michiles comemora alguns avanços e lamenta ainda não ter visto um dos seus objetivos ser concretizado:

sou professor há 38 anos e estou prestes a me aposentar, e ainda não concluímos o PPPI. Isso me entristece, o Edinelson e o Elias estão dando continuidade. Mesmo não concluindo o PPPI, conseguimos incluir na grade curricular do município a disciplina de língua materna, isso é um grande avanço, pois consta assim como a disciplina de português e matemática, possui também carga horária. (trecho de entrevista concedida dia 13/05/2021, pelo professor Leonardo Michiles. Ele foi o primeiro indígena a coordenar a educação indígena no município de Parintins/AM).

Essa fala do professor Michiles vai ao encontro do que explica Baniwa (20013, p.05) “mesmo diante de avanços conceituais, políticos, pedagógicos, gerenciais e financeiros, as escolas indígenas ainda enfrentam grandes desafios e problemas oriundos dos limites do modelo político-administrativo das políticas públicas adotados pelos governos e pelo Estado.”

Os caminhos da educação indígena no município ao longo dos anos de 2008 a 2010 são alicerçados sem grandes avanços. Um fato singular que merece destaque é que em 2007 o professor Miquiles deixa a coordenação que passa a ser assumida pelo professor Paulo Arcanjo até o ano de 2009, quando o professor indígena Sateré-Mawé, Edinelson retoma a coordenação das atividades. Todavia, em 2010 e 2011, dois importantes fatos geram profundo impacto na história da educação indígena no município: a oferta do curso de Pedagogia Cultural e a construção do Referencial Curricular do Rio Uaicurapá.

Nesse meio tempo aí apareceu a Pedagogia Cultural da UEA, curso superior da UEA e alguns dos nossos professores iniciaram esse curso, de formação para o magistério indígena pra educação básica indígena. E assim uma experiência que nós tivemos, eu como assessor em 2010, 2011, foi muito interessante uma discussão sobre o Referencial Curricular do Rio Uaicurapá, tivemos oficinas, debates, porque então a estrutura curricular continuava muito veiculada a estrutura curricular não-indígena, embora eles tivessem essa parte flexível de adaptar a cultura local, as situações, era necessário criar esse referencial para eles. (trecho de entrevista concedida, em 29/08/2021, via WhatsApp, pelo professor doutor Paulo Arcanjo que estava subsecretário municipal de educação durante o início da implantação da educação indígena em Parintins).

Apesar do referencial curricular ser fundamental para construção de um currículo escolar indígena a iniciativa ainda não foi concretizada, como esclarece o professor Paulo Arcanjo:

Estou falando de 2011/2012 um projeto que eu estava na UFAM na época era, eu, a professora Ignês Teixeira, professor Renato Isidoro, envolvemos alunos de matemática da UEA, de Pedagogia da UFAM, foi muito legal. Eles participaram bastante, eram dois, três dias lá na comunidade indígena, havia muitos debates e muitas reflexões, mas aí o nosso tempo também acabou, não

se caminhou muito, nós tivemos aí uns três ou quatro encontros, mas depois que nós saímos, não houve mais avanços. (trecho de entrevista concedida, em 29/08/2021, via WhatsApp, pelo professor doutor Paulo Arcanjo que estava subsecretário municipal de educação durante o início da implantação da educação indígena em Parintins).

Os dados coletados, por meio das entrevistas com os principais protagonistas da história da educação indígena no município de Parintins, nos permitiram desvelar um conjunto significativo de fatos de 1996 até o ano de 2012. Porém, não nos foi possível mapear o que aconteceu de relevante nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016.

2.4 A quarta fase da história de 2016 a 2020: a luta continua

De 2017 e 2018, os esforços da Coordenação se voltam para organizar o levantamento de dados dos alunos indígenas matriculados na rede municipal e estadual de ensino na cidade. Os dados coletados justificam a necessidade de contratação de professores intérpretes para atuar nas escolas com maior número de alunos indígenas matriculados. Essa função de 2018 a 2019, foi exercida pelo professor indígena Lico Lopes da Paz que acompanhou nesse período alunos Sateré Mawé matriculados em escolas não indígenas.

Apesar de nossa insistência em buscar informações com as atuais lideranças sobre o que aconteceu de relevante no processo de consolidação da educação indígena em Parintins, eles se limitaram a afirmar que continuam tentando construir o PPPI e manter as conquistas alcançadas nos últimos anos, como garantir a lotação de professores para as escolas das aldeias, assegurar o acompanhamento de estudantes indígenas em escolas não indígenas e atuar junto ao governo para as escolas nas aldeias continuem funcionando. O que pudemos apurar sobre os gestores da educação indígena no município é que desde 2015 até hoje o professor Edinelson Andrade Monteiro responde como técnico educacional, e o professor Elias Menezes atua como coordenador da educação indígena. Foi possível ainda encontrar no site da prefeitura municipal algumas reportagens sobre a participação da Coordenação Escolar Indígena de Parintins na 3ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas (CEEI-AM), promovido pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC), em 2018 e 2019, em Manaus. Até novembro de 2020, devido à pandemia e as escolas continuarem fechadas, as ações da coordenação de educação indígenas estão voltadas mais para as demandas administrativas referente às escolas das áreas indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos resultados mais impactantes dessa pesquisa aponta para a falta de registro oficial escrito sobre os fatos que marcaram a história de implantação da educação indígena no município. Do mesmo modo, total ausência de pesquisa sobre o tema nos repositórios das duas universidades públicas que atuam há mais de 15 anos no município. A fonte oral, neste caso, se impôs como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só através dela podemos conhecer os personagens, fatos, atos, permanências e mudanças que ajudaram a construir a história da educação indígena no município de Parintins. “A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é que ela nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. S. **As Políticas Públicas para a Educação Indígena no Amazonas (1989 – 2003)**. Manaus: UFAM, 2004. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, 2004.
- BANIWA, G. **Educação Escolar Indígena no Brasil: Avanços, Limites e Novas Perspectiva**. In: 36º Reunião Nacional da ANPEd. 29 de setembro a 02 de outubro. Goiânia, 2013.
- COSTA, M.G. P. da. **O direito à Educação no Amazonas 1933-1935**. Minas Gerais: UFMG, 2001. Tese. (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.
- ESTÁCIO, M. A. F. **Direito a educação: o percurso histórico da educação escolar e superior indígenas no Amazonas**. In: V Encontro Anual ANDHEP Direitos Humanos, Democracia e Diversidade. Belém/Pará, 2009.
- ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. dos. **Voices da História: Contribuições da História Oral à Pesquisa Organizacional**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27, 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003. 1 CD.
- MEDEIROS, J. S. **História da Educação Escolar Indígena no Brasil: alguns apontamentos**. In: 14º Encontro Estadual de História – ANPUH. Realizada entre os dias 18 e 21 de julho. Porto Alegre. RS, 2018.
- PITANGA, M. E. S.; LIRA, R. S. Os (des)caminho de educação indígena no Amazonas: o papel da universidade na formação dos professores. **Revistaberoamericana de Educación**, v. 39, n.4, p. 1-6, 25 de jul. 2006. PORTELLI, A. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: Proj. História 15. São Paulo: EDUC, 1977.
- RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006.
- SILVA, R. H. D. da. **Inclusão e políticas afirmativas em educação para um Brasil pluricultural: reflexões sobre povos indígenas e ensino superior**. Educação (PUCRGs). Porto Alegre, 2007.